

NOTA DE IMPRENSA

AZORINA. Governo usa a Caldeira Velha para beneficiar resultados da empresa

A deputada do grupo parlamentar do PSD/Açores, Catarina Chamacame Furtado, diz que a denúncia do protocolo com a Câmara Municipal da Ribeira Grande, “para a gestão do Centro de Interpretação Ambiental da Caldeira Velha”, é um exemplo claro da “promiscuidade” com que o Governo Regional utiliza a Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza – AZORINA, S.A, “mais uma das entidades que comprova a ineficácia e a má gestão do sector público empresarial regional”, adianta.

“A fundamentação para a quebra daquele protocolo”, diz a social democrata, “não é suficiente para esconder os seus verdadeiros propósitos. O que se verificou foi uma jogada política e partidária para melhorar os resultados da AZORINA, S.A.”, afiança.

“Isso foi feito por via do aumento da receita própria que provêm da sua ação comercial e que inclui bilheteiras, lojas e até bares, numa atividade que em alguns casos chega a competir com a atividade de privados, incumprindo com os valores básicos de credibilidade, transparência legalidade e responsabilidade”, afirma Catarina Chamacame Furtado.

A deputada não aceita as alegações da Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo, “relativamente a intervenções estruturais e alterações no modelo de gestão e visitaçã, bem como no controlo da qualidade dos recursos naturais daquela área protegida”.

E relembra que o governo disse mesmo que havia “uma degradação da qualidade da visitaçã, em virtude do aumento do número de visitantes, sem que tenham sido estabelecidos condicionantes para a presença em simultâneo no espaço”.

Como é do conhecimento público, aquela empresa pública, que gere centros ambientais e áreas protegidas nos Açores “teve, em 2016, resultados líquidos negativos de 318 mil euros, e em 2017 de 451 mil euros. Uma situação que se inverteu em 2018 com a apresentação de resultados positivos de 94 mil euros”, recorda Catarina Chamacame Furtado.

No caso em apreço, “a gestão do Centro de Interpretação Ambiental da Caldeira Velha rendeu, em 2018, 1 milhão de euros de receitas brutas, justificando assim a melhoria nos resultados e confirmando igualmente o que o PSD/Açores tem vindo a denunciar”.

Aliás, a recente audição da Presidente do Conselho de Administração da AZORINA, S.A., para a sua recondução no cargo, “veio dar corpo às nossas



grupo parlamentar

preocupações sobre as competências, a missão e o papel daquela empresa pública regional”, refere Catarina Chamacame Furtado.

“Tem sido bem patente a promiscuidade com que se utiliza aquela empresa para colmatar as lacunas de que enferma a Administração Pública Regional ao nível da falta de recursos humanos”, critica a deputada, para quem a AZORINA S.A. “é uma mera extensão de uma série de departamentos governamentais, alguns, inclusive, sem qualquer relação com a missão e competências da empresa”.

“Por outro lado, e bem mais preocupante, é o facto de se utilizar a AZORINA S.A. como um instrumento manietado de implementação de políticas e estratégias partidárias”, conclui a parlamentar social democrata.

Horta, 17 de maio de 2019

Laurénio Tavares

Secretário do Grupo Parlamentar do PSD

ltavares@alra.pt